



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**  
**PLANEJAMENTO SIRP Nº 351 /2015**  
**Tipo: MENOR PREÇO**

**Objeto:** Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de Licenças de uso de solução corporativa de Antivírus, mediante contrato, para Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, conforme especificações e condições previstas neste edital e seus anexos.

**Nota:** Licitação com reserva de lote exclusivo para ME e EPP

**RECIBO**

A Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ nº. \_\_\_\_\_, retirou Edital de Pregão acima referenciado e deseja ser informada de quaisquer alterações, respostas a esclarecimentos e impugnações pelo e-mail: \_\_\_\_\_.  
\_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

**OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER INTEGRALMENTE PREENCHIDO E REMETIDO AO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – CSC/SEPLAG PELO E-MAIL: [juliano.lima@planejamento.mg.gov.br](mailto:juliano.lima@planejamento.mg.gov.br) PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO. O CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – CSC DA SEPLAG NÃO RESPONSABILIZA POR COMUNICAÇÕES À EMPRESA QUE NÃO ENCAMINHAR ESTE RECIBO OU PRESTAR INFORMAÇÕES INCORRETAS NO MESMO.**



## SUMÁRIO

<b>1 - PREÂMBULO .....</b>	<b>3</b>
<b>2 - OBJETO .....</b>	<b>4</b>
<b>3 - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES .....</b>	<b>4</b>
<b>4 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO .....</b>	<b>6</b>
<b>5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>6 - DO CADASTRO .....</b>	<b>9</b>
<b>7 - DAS PROPOSTAS COMERCIAIS .....</b>	<b>10</b>
<b>8 - DA HABILITAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>9 DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO .....</b>	<b>17</b>
<b>10 - DOS RECURSOS .....</b>	<b>20</b>
<b>11 - DO REGISTRO DO PREÇO E DA HOMOLOGAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>12 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....</b>	<b>22</b>
<b>13 - DA VIGÊNCIA DA ATA .....</b>	<b>23</b>
<b>14 - DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA .....</b>	<b>23</b>
<b>15 - DA CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>16 DA GARANTIA .....</b>	<b>24</b>
<b>17 - DO PAGAMENTO .....</b>	<b>24</b>
<b>18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....</b>	<b>25</b>
<b>19. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>28</b>
<b>ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL .....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES .....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO V-MINUTA DE CONTRATO .....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO VI - MINUTA DE TERMO DE ADESÃO PARA EVENTUAIS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º .....</b>	<b>72</b>



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**  
**PLANEJAMENTO SIRP Nº 351/2015**  
**Tipo: MENOR PREÇO**

**1 - PREÂMBULO**

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão/Subsecretaria do Centro de Serviços Compartilhados realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, em sessão pública, através do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), visando o Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de Licenças de uso de solução corporativa de Antivírus, mediante contrato, para Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, conforme especificações e condições previstas neste edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e da Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de Janeiro de 2002 e do Decreto Estadual nº 44.786, de 19 de Abril de 2008.

Este pregão será amparado pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, nº. 20.826, de 31 de julho de 2013, pelos Decretos Estaduais nº. 45.902 de 27 de janeiro de 2012, nº. 44.630, de 03 de outubro de 2007, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, nº 45.035, de 02 de fevereiro de 2009, nº 46.311, de 16 de setembro de 2013, nº. 46.552, de 30 de junho de 2014 e nº 46.557, de 11 de julho de 2014, pelas Resoluções Conjuntas SEPLAG / SEF nº 8.727 de 21 de setembro 2012, nº 8.898 de 14 de junho 2013 e nº. 4.670, de 5 de junho de 2014, pelas Resoluções SEPLAG nº. 58, de 30 de novembro de 2007 e nº. 12, de 25 de fevereiro de 2015; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante para todos os efeitos legais.

**1.1** - O pregão será realizado pelo Pregoeiro Juliano Alves de Lima, MASP 1.213.810-3, e Equipe de Apoio constituído pelos seguintes servidores: Grace Martins Esteves, MASP 0.904.036-1, Adilson Pereira de Carvalho, MASP 346461, e Luana Junqueira de Freitas, MASP 1.276.107-8, designados através da Resolução SEPLAG nº 12, de 25 de Fevereiro do ano de 2015.

**1.1.1.** Em caso de impossibilidade de comparecimento do pregoeiro indicado no item anterior, atuará como seu substituto o pregoeiro Luiz Carlos Dias da Silva, MASP 359.249-0, designado através da Resolução SEPLAG nº 12, de 25 de fevereiro do ano de 2015.

**1.2** - A abertura da sessão de pregão terá início no dia 21 de dezembro de 2015, às 10:00h (dez horas), através do site <http://www.compras.mg.gov.br>

**1.2.1.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**1.3** - A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras do Governo do Estado de Minas Gerais: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

## **2 - OBJETO**

**2.1** - A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de Licenças de uso de solução corporativa de Antivírus, mediante contrato, para Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante do presente Edital, e condições previstas neste edital e seus anexos.

**2.2** - Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

## **3 - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES**

### **3.1 - Órgão Gerenciador**

**3.1.1.** O Órgão Gerenciador será a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por intermédio da Subsecretaria do Centro de Serviços Compartilhados – CSC.

### **3.2 - Órgãos Participantes**

**3.2.1** Os órgãos ou entidades da Administração Pública a seguir são participantes e integram todo o procedimento licitatório e a Ata de Registro de Preços:

- ⇒ Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais;
- ⇒ Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais;
- ⇒ Escola de Saúde Pública de Minas Gerais;
- ⇒ Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais;
- ⇒ Fundação Educacional Caio Martins;
- ⇒ Fundação Estadual do Meio Ambiente;
- ⇒ Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Fundação Rural Mineira;
- ⇒ Fundação TV Minas Cultural e Educativa;
- ⇒ Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais;
- ⇒ Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Instituto Estadual de Florestas;
- ⇒ Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico;
- ⇒ Instituto Mineiro de Gestão das Águas;
- ⇒ Junta Comercial do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Procuradoria Geral de Justiça;
- ⇒ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário;
- ⇒ Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

- ⇒ Secretaria de Estado de Defesa Social;
- ⇒ Secretaria de Estado de Governo;
- ⇒ Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;
- ⇒ Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social;
- ⇒ Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

### **3.3. - Órgãos Não Participantes**

- 3.3.1.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que não tenha participado do certame licitatório, mediante consulta prévia para manifestação sobre a possibilidade de adesão e autorização do Órgão Gerenciador, inclusive quanto ao quantitativo, e submeter à anuência do fornecedor beneficiário, o qual deve optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e os Órgãos Participantes.
- 3.3.2.** Outros entes da Administração Pública e entidades privadas poderão igualmente utilizar-se da ARP, como órgão ou entidade não participante, mediante prévia anuência do Órgão Gerenciador, desde que observadas às condições estabelecidas no item 3.3.1 e no Decreto Estadual 46.311/13, aplicando-se, ao quantitativo de que trata o art. 19, § 3º, e o disposto na legislação federal pertinente.
- 3.3.3.** A adesão deverá ser devidamente justificada no processo administrativo do órgão ou entidade não participante, pertinente à licitação, demonstrando a vantagem econômica na adesão à Ata, mencionando ainda a similitude de condições, tempestividade do prazo, suficiência das quantidades e qualidades dos bens a serem adquiridos, respeitando, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Estadual n.º 46.311/13, e na Lei n.º 8.666/93.
- 3.3.4.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, ainda, em sua totalidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que eventualmente aderirem, devendo o Órgão Gerenciador especificar o quantitativo que autoriza adesão, mantendo registro no procedimento licitatório.
- 3.3.4.1.** No intuito de cumprir o inc. X do art. 9º, sem prejuízo da aplicação §3º do art. 19, ambos dispositivos do Decreto Estadual n.º 46.311, de 2013, o quantitativo adicional destinado às eventuais adesões é de, no máximo, 100% do quantitativo de cada item registrado.
- 3.3.5.** Ao órgão ou entidade não participante que aderir a ata e ao órgão ou entidade partícipe competem, nos respectivos procedimentos instaurados, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando todas as ocorrências ao órgão gerenciador, em especial informar ao órgão



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

gerenciador a eventual recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas na ARP, as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens licitados, bem como a recusa em assinar o contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

**3.3.6.** As comunicações, informações e os termos de adesão realizados entre o órgão gerenciador e os órgãos participantes e não participantes serão formalizados, preferencialmente, em sistema informatizado, dispensando-se o encaminhamento de documento impresso ao órgão gerenciador.

**3.3.6.1.** Excepcionalmente, por motivos de inviabilidade tecnológica, o órgão gerenciador poderá dispensar a utilização de sistema informatizado no procedimento de registro de preços, mediante justificativa anotada nos autos do procedimento de compra.

**3.3.6.2.** Na hipótese do item 3.3.6.1, as comunicações, informações e termos de adesão entre os órgãos gerenciador, participante e não participante poderão ser formalizados mediante correspondência eletrônica ou qualquer outro meio eficaz, que deverão ser autuados.

**3.3.7.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, observada como limite máximo a quantidade total registrada para cada item.

**3.3.7.1.** Para o remanejamento de quantidades entre órgãos participantes do procedimento licitatório não será necessária autorização do beneficiário da Ata de Registro de Preços.

**3.3.7.2.** Caso o órgão gerenciador autorize o remanejamento de quantidades para órgãos não participantes estes deverão obter a anuência do beneficiário da ARP, nos termos do § 2º do art. 19 do Decreto Estadual 46.311/2013.

**3.3.7.3.** O órgão gerenciador somente poderá reduzir o quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, com a sua anuência.

#### **4 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**4.1** - Os pedidos de esclarecimentos, referentes ao processo licitatório, poderão ser realizados por qualquer pessoa, inclusive licitante, e deverão ser enviados ao Pregoeiro até o 5º (quinto) dia após a publicação do aviso do Edital.

**4.2** - Os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, por escrito, por meio do e-mail: [juliano.lima@planejamento.mg.gov.br](mailto:juliano.lima@planejamento.mg.gov.br).



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**4.2.1.** Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).

**4.2.2.** Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por escrito, por meio de e-mail àqueles que enviaram integral e corretamente o recibo de retirada do Edital.

**4.3 -** Qualquer cidadão, inclusive licitante, poderá impugnar os termos do presente Edital até o 5º (quinto) dia após a publicação do pregão, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**4.3.1.** O interessado deverá apresentar instrumento de impugnação dirigido ao Pregoeiro, a ser protocolizado junto ao PROTOCOLO GERAL – Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.001 – Ed. Gerais – 1º andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP 31.630-901 (endereço aos cuidados do pregoeiro, Juliano Alves de Lima, SEPLAG/CSC/COMPRAS/CÉLULA 01 - 13º andar – Prédio Gerais - Estação G13 – 0901), no horário de 08H00MIN (oito) às 17H00MIN (dezessete) horas, observado o prazo previsto no subitem 4.3 deste ato convocatório, fundamentando o alegado e, se for o caso, juntar as provas que se fizerem necessárias.

**4.3.2.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados, na forma do item 4.4.

**4.4 -** Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados pelo Pregoeiro no Portal de Compras por meio do endereço <http://www.compras.mg.gov.br>.

**4.4.1.** As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

**4.5 -** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**4.6 -** A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

**4.7 -** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração Pública.



## **5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**5.1** - Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital.

**5.1.1.** Apenas para o **Lote 2**, a participação na presente licitação será limitada a licitantes enquadrados como micro empresa ou empresa de pequeno porte, conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, no art. 17 da Lei Estadual nº 20.826, de 31 de julho de 2013, no art. 6º do Decreto nº 44.630/2007, de 03 de outubro de 2007 e suas alterações e o artigo 3º da Resolução SEPLAG nº 58/2007, de 30 de novembro de 2007.

**5.1.1.1.** Para fins de comprovação do porte do fornecedor deverá ser observado o disposto no item 6.4 deste edital.

**5.2** - Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

**5.2.1.** Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública.

**5.2.2.** Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

**5.2.3.** Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado do Governo do Estado de Minas Gerais ou que tenham tido vínculo há menos de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação deste Edital.

**5.2.4.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico comum.

**5.2.5.** Estiverem incluídas em uma das situações previstas no art.9º da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

**5.3** - É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

**5.4** - Cada licitante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste Edital.





#### **5.5 - Da participação de Consórcios:**

- 5.5.1.** No caso da participação de empresas reunidas em consórcio, deverá acompanhar os documentos de habilitação, a comprovação de compromisso público ou particular do consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas, com apresentação da proporção de participação de cada uma das consorciadas e indicação da empresa líder, que deverá representar as consorciadas perante o Estado de Minas Gerais, observadas as normas do art. 33 da Lei 8.666/93 e, ainda, as normas do art. 15 do Decreto Estadual nº 44.786/08.
- 5.5.2.** Apresentação dos documentos exigidos nos arts. 28 a 31 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;
- 5.5.3.** As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada.
- 5.5.4.** As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio na fase de licitação e durante a execução do contrato.
- 5.5.5.** Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 5.5.1.
- 5.5.6.** Apenas os consórcios compostos exclusivamente por empresas de pequeno porte e microempresas poderão usufruir dos benefícios legais da Lei Complementar n.º 123/06.

**5.6 -** O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

**5.7 -** A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

#### **6 - DO CADASTRO**

**6.1 -** Para acesso ao sistema eletrônico, o fornecedor deverá cadastrar-se, nos termos do Decreto 45.902/2012, por meio do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), na opção *Cadastro de Fornecedores*, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.

**6.6.1.** Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

**6.2 -** O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que utilizada indevidamente por terceiros.



**6.2.1.** O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o cadastramento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

**6.3** - Informações complementares a respeito do cadastramento serão obtidas no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas – telefone 155 (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou (31) 3303 7995 (para outras localidades e celular).

**6.4** - O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº. 123/06, disciplinados no Decreto Estadual nº. 44.630/07 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº. 8727/2012, deverá comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no momento do seu cadastramento no Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, observado o disposto no item **6.1**.

## **7 - DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

**7.1** - O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) até a data e horário marcados para abertura da sessão, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do Portal de Compras - MG de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação e demais condições da proposta comercial previstas no Edital e seus anexos.

**7.1.1.** Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte apresente restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá declarar, no campo próprio do Portal de Compras - MG, que atende às demais exigências da habilitação.

**7.2** - Todas as condições estabelecidas neste edital serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta comercial.

**7.3** - O prazo de validade da proposta será de 60 dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

**7.3.1.** Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**7.4** - As propostas deverão apresentar preço unitário e global por lote, sendo vedada imposição de condições ou opções, somente admitidas propostas que ofertem apenas um preço.

**7.4.1.** O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida por lote, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.

**7.5** - Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

**7.6 -** Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

**7.7.** Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais ficam isentos do ICMS, conforme dispõe o Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

**7.7.1.** Os fornecedores mineiros deverão informar nas propostas enviadas, pelo sistema eletrônico, as informações relativas ao produto e ao preço resultante da dedução do ICMS, conforme Resolução conjunta SEF/SEPLAG nº 3.458/2003.

**7.7.2.** A classificação das propostas, etapa de lances e o julgamento dos preços, a adjudicação e a homologação serão realizados a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

**7.7.3.** O disposto nos subitens **7.7.1** e **7.7.2** não se aplica aos contribuintes mineiros enquadrados como pequena empresa optantes pelo regime do Simples Nacional.

**7.7.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte mineiras não optantes pelo Simples Nacional farão suas propostas conforme o disposto nos subitens **7.7.1** e **7.7.2**.

**7.7.5.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte mineiras de que trata o subitem **7.7.3** deverão anexar às suas propostas comerciais a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

**7.7.6.** O fornecedor mineiro, caso seja vencedor, deverá enviar, juntamente com os documentos de habilitação, sua proposta comercial assinada e atualizada com os valores finais ofertados durante a sessão deste Pregão, informando na proposta, além do preço resultante da dedução do ICMS, o preço com ICMS.

**7.8 -** O licitante declarado vencedor deverá enviar, juntamente com os documentos de habilitação, a proposta comercial adequada aos valores finais ofertados durante a sessão do pregão.

**7.8.1 –** O fornecedor estabelecido fora do Estado de Minas Gerais, caso seja vencedor, deverá enviar sua proposta comercial assinada e atualizada com os valores finais ofertados durante a sessão deste Pregão, declarando na proposta a não incidência do ICMS na operação em virtude de legislação específica do referido Estado, se for o caso.

## **8 - DA HABILITAÇÃO**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Para fins de contratação, será exigida do licitante a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital.

**8.1. REGULARIDADE JURÍDICA:**

**8.1.1.** Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais, das declarações constantes no Anexo III deste Edital e do contrato.

**8.1.1.1.** Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

**8.1.2.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

**8.1.3.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias ou cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

**8.1.4.** Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**8.1.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**8.1.6.** Documentação que comprove o enquadramento do fornecedor como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Decreto nº 44.630, de 03 de outubro de 2007, ou certificado da condição de microempreendedor individual;

**8.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**8.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

**8.2.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**8.2.3.** Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, e Fazenda Estadual do Estado de Minas Gerais;

**8.2.3.1.** A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

- 8.2.4.** Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser solicitada pelo site [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br).
- 8.2.5.** Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 8.2.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa nos termos da Lei nº 12.440/2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.2.7.** A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

**8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 8.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;
- 8.3.2.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação de proposta, pela variação do IGP-DI (índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV) ocorrida no período, ou de outro indicador que o venha substituir, comprovando que a licitante possui boa situação financeira, avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um) inteiro.
  - 8.3.2.1.** Entende-se por apresentados na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente datadas e assinadas pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
  - 8.3.2.2.** O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados em cópia autenticadas das folhas do livro diário onde os mesmos se encontram transcritos, acompanhados de cópia autenticadas dos termos de abertura e encerramento dos respectivos



livros, ou por publicações em jornais de grande circulação ou diário oficial, quando se trata de Sociedade Anônima.

**8.3.2.3.** As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 787/2007, poderão apresentar a ECD para os fins previstos no item 8.3.2 do edital, desde que a documentação contábil corresponda, necessariamente, ao exercício anterior à licitação.

**8.3.2.4.** A composição da boa situação financeira da empresa será verificada por meio do cálculo do índice contábil da empresa a ser entregue, considerando-se habilitadas as licitantes que apresentarem os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a 01 (um), extraídos das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
$$SG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

**8.3.3.** No caso de o fornecedor apresentar resultado inferior a 1 (um), em qualquer um dos índices apresentados no item 8.3.2, o mesmo deverá apresentar comprovação de Capital Social integralizado ou o valor do patrimônio líquido mínimo de 5% sobre o valor do lance vencedor.

**8.3.4.** No caso de pequenas empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresa de Pequeno Porte - Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do Último Exercício.

#### **8.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**8.4.1** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no Anexo I, através da apresentação de atestado(s) de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deverá (ão) conter:

- a). Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax);
- b) Local e data de emissão;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

- c) Nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;
- d) indicação do fornecimento, qualidade do material, do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições de fornecimento;

**8.4.2.** Entende-se por compatibilidade das características, o fornecimento de licenças de software conforme lotes apresentados, atendendo no mínimo, 10% (dez por cento) da quantidade de licenças ofertadas na proposta por lote, independente dos itens.

**8.4.2.1.** Para atendimento do quantitativo indicado no item 8.4.2, é admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.

**8.4.2.2.** O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades, nota fiscal.

## **8.5 DECLARAÇÕES:**

**8.5.1** Declaração de que o licitante não é declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública. Conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.

**8.5.2** Declaração de que o licitante não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei. Conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.



## **8.6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:**

**8.6.1** - O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá apresentá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

**8.6.1.1.** Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

**8.6.2** - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**8.6.2.1.** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

**8.6.3** - Todos os documentos apresentados para habilitação deverão conter, de forma impressa, preferencialmente, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.

**8.6.3.1.** Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, tenham que ser emitidos, obrigatoriamente, em nome da matriz.

**8.6.4** - O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor.

**8.6.5** - Às microempresas e às empresas de pequeno porte será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir do momento em que o licitante for declarado o vencedor;

**8.6.5.1.** O prazo previsto no item **8.6.5** poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo licitante e expressamente autorizado pela Administração.

**8.6.5.2.** A não regularização da documentação, no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor.





## **9 DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO**

**9.1** - No horário indicado no Preâmbulo deste Edital o Pregoeiro iniciará a sessão pública do pregão eletrônico com a análise das propostas comerciais.

**9.1.1.** As propostas comerciais serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

### **9.2 - DOS LANCES:**

**9.2.1** - O pregoeiro divulgará através do Portal de Compras - MG, o resultado da análise de propostas e convidará os licitantes a apresentarem lances por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos.

**9.2.2** - Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

**9.2.3** - Durante toda a sessão de lances, o sistema permitirá que o licitante cubra o seu próprio lance e não obrigatoriamente o de menor valor da sessão. Neste caso, será considerado como lance vencedor do lote apenas o de menor valor.

**9.2.4** - Serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, desde que sejam de fornecedores diferentes. Neste caso, a ordem de classificação seguirá a ordem cronológica de recebimento dos lances, segundo apurado pelo sistema do Portal de Compras.

**9.2.5** - Caso o proponente não realize lances, será considerado o valor da proposta comercial apresentada, para efeito da classificação final.

**9.2.6** - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.2.6.1.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa. A sessão terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

**9.2.7** - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de 5 (cinco) até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**9.2.8** - Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.



### **9.3 - DO JULGAMENTO**

**9.3.1** - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO OFERTADO POR ITEM**, obtido de acordo com o Anexo II.

**9.3.2** - Não será aceita a proposta cujo preço unitário do item no lote estiver acima do custo unitário do item relacionado na planilha de referência da Administração.

**9.3.3** - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da melhor oferta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**9.3.4** - Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

**9.3.5** - Caso haja apenas uma proposta, esta será aceita desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação.

**9.3.6 - Para os Lotes 1 e 2**, após a aceitação do menor valor ofertado, e visando a conclusão acerca da aceitabilidade da proposta, a sessão será suspensa para que o fornecedor detentor da melhor oferta possa apresentar, em até 2 (dois) dias úteis após a suspensão da sessão pública, o produto ofertado para realização de Recepção Técnica, conforme procedimentos descritos no item 7 do Anexo I deste Edital.

**9.3.6.1.** O fornecedor que deixar de apresentar os produtos ofertados para realização da Recepção Técnica, conforme procedimentos nos termos aqui apresentados terá sua proposta desclassificada.

**9.3.6.2.** O prazo para conclusão da Recepção Técnica é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do término do prazo para entrega do produto, mediante expedição de Nota Técnica pelo órgão demandante do Registro de Preços (SEPLAG/MG).

**9.3.6.3.** A sessão do pregão será retomada 2 (dois) dias úteis, a contar do término do prazo para conclusão da Recepção Técnica.

**9.3.6.4.** Caso os produtos ofertados para os Lotes 1 e 2 não atendam às especificações exigidas neste edital, os fornecedores detentores da melhor oferta dos Lotes 1 e 2 terão suas propostas desclassificadas, sendo convocado os fornecedores subsequentes, que tiver ofertado menor preço, para realizar os procedimentos relativos à aceitabilidade da proposta nos termos deste subitem 9.3.6, e assim sucessivamente, até a validação de um produto que atenda os requisitos exigidos.

**9.3.7** - Aceita a oferta de menor preço, o sistema identificará o licitante detentor da melhor oferta que deverá comprovar no prazo de até 60 (sessenta) minutos, sua habilitação mediante encaminhamento da documentação discriminada no item de habilitação e da proposta comercial atualizada com os valores obtidos no pregão, através de fax - (31)3915-5124 ou e-mail a ser informado, durante a sessão pública, pelo pregoeiro.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**9.3.8** - Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender às exigências fixadas neste Edital ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.

**9.3.8.1.** Caso o pregoeiro entenda que o preço é inexequível, deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.

**9.3.8.2.** Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:

**9.3.8.2.1.** Planilha de custos elaborada pelo licitante;

**9.3.8.2.2** Documento que comprove contratação em andamento com preços semelhantes;

**9.3.8.3** Verificada a inexequibilidade do preço, o pregoeiro poderá convocar os licitantes detentores das ofertas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e proposta comercial.

**9.3.9** - Se a melhor proposta ou lance não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de seus documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**9.3.10** - Para o lote 1, o qual não há participação exclusiva de ME e EPP, após a apuração da melhor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte o direito de preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

**9.3.10.1.** O pregoeiro convocará a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte detentora da melhor proposta dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja, cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pelo proponente vencedor, para que apresente novo lance, inferior, ao melhor lance, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

**9.3.10.2.** Realizado novo lance, nos termos do subitem anterior, o pregoeiro examinará a aceitabilidade deste, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**9.3.10.3.** Sendo aceitável a nova oferta de preço, a confirmação das condições habilitatórias da Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte obedecerá ao procedimento previsto no item 8.

**9.3.10.3.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a devida e necessária regularização.

**9.3.10.3.2.** A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.



- 9.3.10.3.3.** Se houver a necessidade de abertura do prazo para a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte regularizar sua documentação fiscal, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.
- 9.3.10.3.4.** Se a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte não apresentar proposta de preços ou não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará as pequenas empresas remanescentes que estiverem na situação de empate prevista no subitem 9.3.9.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 9.3.10.3.5.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**9.3.11 -** Caso não haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dentro da situação de empate ou não ocorra à apresentação de novo lance ou não sejam atendidas as exigências documentais de habilitação, será declarado vencedor o licitante originalmente detentor da melhor oferta.

- 9.3.11.1.** O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Microempresa ou por Empresa de Pequeno Porte.

**9.3.12 -** O pregoeiro poderá negociar com o autor da melhor oferta com vistas à redução do preço.

**9.3.13 -** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor que deverá encaminhar a documentação de habilitação original, ou cópia autenticada, e a proposta comercial no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, para o seguinte endereço: Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.001 – Ed. Gerais – 13º andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP 31.630-901 (endereçado aos cuidados do pregoeiro, Juliano Alves de Lima, SEPLAG/CSC/COMPRAS/CÉLULA 01 - 13º andar – Prédio Gerais - Estação G13 – 0901).

**9.3.14 -** Verificada a regularidade da documentação, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor.

**9.3.15 -** O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

## **10 - DOS RECURSOS**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**10.1** - Declarado o vencedor ou fracassado o lote, o participante do certame terá até 10 (dez) minutos para manifestar, imediata e motivadamente, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da sessão do pregão, para apresentação das razões de recurso, ficando os demais participantes, desde logo intimados, sem necessidade de publicação, a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**10.1.1.** Todos os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação da intenção do licitante durante a sessão pública, e o encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formulários próprios, nos termos do art.13, XLI, do Decreto nº 44.786/08.

**10.2** - A apresentação de documentos complementares, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante documento protocolizado junto ao Protocolo Geral da Cidade Administrativa - PROTOCOLO GERAL, localizado na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.001 – Ed. Gerais – 1º andar – Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP 31.630-901, no horário de 08h00min (oito horas) às 17h00min (dezessete horas), endereçado aos cuidados do pregoeiro, Juliano Alves de Lima, SEPLAG/CSC/COMPRAS/CÉLULA 01 - 13º andar – Prédio Gerais - Estação G13 – 0901, observados os prazos previstos no item 10.1.

**10.3** - Não serão conhecidos recursos não registrados na forma e prazo estabelecidos no item 10.1 do edital, além de que, a falta de manifestação imediata e motivada do fornecedor, importará decadência do direito de recurso.

**10.3.1.** Para fins de juízo de admissibilidade do recurso, o pregoeiro poderá não conhecer do recurso caso verifique ausentes quaisquer pressupostos processuais, como sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, vedado exame prévio da questão relacionada ao mérito do recurso.

**10.4** - Os recursos serão decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazão, sendo que o acolhimento de recurso importará validação exclusivamente dos atos suscetíveis de aproveitamento.

**10.5** - Os recursos e contrarrazões de recursos devem ser endereçados ao pregoeiro, que poderá:

**10.5.1.** Motivadamente, reconsiderar a decisão;

**10.5.2.** Motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para a autoridade competente, conforme inciso III do art. 8º do Decreto nº 44.786/2008.

**10.5.3.** O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

**10.6** - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões.



**10.7** - A decisão do recurso será divulgada no sítio eletrônico [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), no campo quadro de avisos do referido pregão, e publicada no Diário Oficial do Estado, “Minas Gerais”, no Caderno I, Diário do Executivo, item Edital e Avisos, bem como comunicada via e-mail ao licitante.

## **11 - DO REGISTRO DO PREÇO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**11.1** - O Pregoeiro registrará o preço do licitante vencedor quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

**11.2** - Decididos os recursos porventura interpostos e, constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta registrará o preço do licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

## **12 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1** - Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, procederem à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

**12.1.1.** Os licitantes classificados, se desejarem, poderão registrar os seus preços na Ata, desde que manifestem esta intenção ao final da sessão de lances desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço do licitante vencedor do certame.

**12.3.1.1** Os licitantes classificados que manifestarem a intenção de registrar preços na Ata terão sua proposta e documentação de habilitação analisadas e deverão encaminhar a documentação, de habilitação, conforme disposto no item 8 do edital.

**12.3.2** O registro de preços em Ata estará condicionado à análise de aceitabilidade da proposta e dos documentos de habilitação.

**12.4** O prazo previsto no subitem 12.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

**12.5** A recusa injustificada de o fornecedor classificado em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei, nos termos do art. 81 da Lei 8666/93.

**12.6** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.



**12.7** Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 12 do Decreto Estadual nº 46.311/13, serão registrados em ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante mais bem classificado; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

**12.8** No momento da assinatura da Ata a Administração verificará se os licitantes mantêm as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência da Ata.

**12.9** Constatada a irregularidade no CAGEF, ou quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, ou em qualquer outra hipótese de cancelamento do registro prevista nos artigos 27 e 28 do Decreto nº 46.311/13, a Administração poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

### **13 - DA VIGÊNCIA DA ATA**

**13.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de (12) doze meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, não podendo ser prorrogada.

### **14 - DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA**

**14.3** A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 46.311/13.

**14.4** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

### **15 - DA CONTRATAÇÃO**

**15.1.** As contratações decorrentes deste Registro de Preços observarão a ordem de classificação dos fornecedores.

**15.2 -** Os Órgãos Participantes farão as contratações mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato.

**15.2.1** O licitante vencedor deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para assinar o termo de contrato.

**15.2.2** Caso o beneficiário da Ata de Registro de Preços não apresente situação regular no ato da assinatura do termo de contrato, ou recuse-se a assiná-lo, será cancelada a ata e convocados os fornecedores registrados com base nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual 46.311/13 e, não os havendo, os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, conforme item 12.7.

**15.2.3** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81da Lei Federal 8.666/93.

**15.3.** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do termo de contrato somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

**15.4** - A fusão, cisão ou incorporação do Fornecedor a outrem só será admitida quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, com o consentimento prévio e por escrito do Contratante, e, ainda, desde que não afetem a execução dos serviços.

## **16 DA GARANTIA**

**16.1** – A garantia do software adquirido deverá possuir, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de ateste do seu recebimento.

**16.2** – Constatada a necessidade de reparo ou troca do produto, ela deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a notificação do defeito à CONTRATADA feita pelo CONTRATANTE.

**16.3** – A CONTRATADA deverá manter canal de comunicação – telefone ou e-mail – durante o prazo de garantia com o CONTRATANTE.

**16.4** - O fornecedor vencedor prestará garantia dos serviços durante a execução do contrato em uma das modalidades descritas na Cláusula Nona da Minuta do Contrato, no montante de 5% (cinco) por cento do valor que lhe for adjudicado, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do contrato.

## **17 - DO PAGAMENTO**

**17.1** - O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de 30 dias corridos da data do recebimento definitivo, com base no Documento Auxiliar de Nota Fiscal eletrônica (NF-e) – DANFE – ou na(s) Nota(s) Fiscal(is), devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

**17.2** - A Administração receberá o DANFE juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo “visualizador”, desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional da NF-e.

**17.3.** - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

**17.4.** - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.





**17.5** - A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

**17.6** - Informações complementares e orientações operacionais a respeito do faturamento eletrônico serão fornecidas pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas – telefone 155 (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou (31) 3303-7995 (para outras localidades e celular).

**17.7.** Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

## **18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1** - A recusa do adjudicatário em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido pela Administração, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total das obrigações, nas condições especificadas neste edital e anexos, caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções:

**18.1.1.** Advertência por escrito;

**18.1.2.** Multa, conforme os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012:

**18.1.2.1.** 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

**18.1.2.2.** 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

**18.1.2.3** 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

**18.1.3.** Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos.

**18.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso II do art. 54 do Decreto Estadual 45.902/2012.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**18.2.** São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

**18.2.1.** Não atendimento às especificações técnicas previstas no termo de referência ou em contrato;

**18.2.2.** Retardamento imotivado de fornecimento de bens de suas parcelas;

**18.2.3.** Paralisação de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

**18.2.4.** Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso ou em desconformidade, como se verdadeira ou perfeita fosse;

**18.2.5.** Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

**18.3.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 18.1.1, 18.1.3 e 18.1.4.

**18.4.** As sanções relacionadas nos itens 18.1.3 e 18.1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:

**18.4.1.** Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

**18.4.2.** Apresentar declaração ou documentação falsa;

**18.4.3.** Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

**18.4.4.** Não mantiver a proposta;

**18.4.5.** Falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;

**18.4.6.** Cometer fraude fiscal.

**18.5 -** A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

## **19. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1.** Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

**19.2.** É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**19.3.** É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

**19.4.** O pregoeiro no julgamento das propostas e da habilitação poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**19.5.** O objeto do contrato decorrente da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**19.6.** A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**19.7.** Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no que couber, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

**19.8.** Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) ou no Centro de Serviços Compartilhados – CSC, mediante quitação do DAE referente às cópias, em horário comercial, situada na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves – Rodovia prefeito Américo Gianetti, nº4.143, 13º Andar, Célula 01, Prédio Gerais, Serra Verde, Belo Horizonte –MG.

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2015.

---

**CYNTIA BOTELHO VALLE**  
GESTORA DO NÚCLEO DE COMPRAS  
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO:

Aquisição de licenças de uso de solução corporativa de Antivírus incluindo garantia, suporte e atualização para utilização no parque tecnológico do Governo do Estado de Minas Gerais, conforme especificado na Tabela 1- Quantidade de itens e unidades de licenças e demais especificações descritas neste Termo de Referência:

### 2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO:

A composição do objeto se encontra distribuídos em 2 (dois) lotes, conforme especificações descritas nas tabelas abaixo.

#### LOTE 01: LICENÇA

**Tabela 1– Quantidade de itens e unidades de licenças**

Item	Software/Plataforma/Ambiente	Código do Item	Quantidade de Licenças	Validade mínima das Licenças
01	LICENÇA, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARE DE ANTIVÍRUS, COM GARANTIA, PARA MÚLTIPLAS PLATAFORMAS	60410	25.428	02 ANOS

#### LOTE 02: LICENÇA DESTINADA À MICRO E PEQUENA EMPRESA

**Tabela 1– Quantidade de itens e unidades de licenças**

Item	Software/Plataforma/Ambiente	Código do Item	Quantidade de Licenças	Validade mínima das Licenças
------	------------------------------	----------------	------------------------	------------------------------



01	LICENÇA, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARE DE ANTIVÍRUS, COM GARANTIA, PARA MÚLTIPLAS PLATAFORMAS	60410	2.569	02 ANOS
----	--	-------	-------	---------

## 2.1. DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM:

Cada um dos Softwares descritos nos itens deverá possuir uma mídia de instalação original (CD ou DVD) OU liberação de usuário e senha de acesso ao site do fabricante para download da imagem ou programa de instalação original, para cada aquisição.

Caberá a cada órgão ou entidade contratante junto à Contratada, efetivar análise técnica do recebimento e instalação do software.

## 2.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E REQUISITOS MÍNIMOS DO OBJETO

- Características do software Antivírus para estações de trabalho:

Prover segurança para estações de trabalho, sejam físicas ou em ambiente virtualizado.

Possuir console central única de gerenciamento. As configurações do Antivírus, AntiSpyware, Firewall, Proteção Contra Intrusos, controle de Dispositivos e Controle de Aplicações deverão ser realizadas através da mesma console.

Dar suporte total aos sistemas operacionais cliente baseado nas plataformas:

- a) Windows XP ou superior;
- b) SUSE Linux Enterprise 11 ou superior;
- c) Red Hat Enterprise Linux 6 / CentOS 5 ou superior;
- d) Ubuntu 10 ou superior.

Executar atualizações automáticas das listas de definições de vírus e ameaças a partir de local predefinido da rede ou de site da Internet.

Permitir atualização incremental das definições de vírus e ameaças.

Permitir a instalação em máquinas novas na rede via Console Central de Gerenciamento da Solução ofertada.

As novas configurações deverão ser efetivamente instaladas e ativadas no computador destino sem a necessidade de reinicialização do equipamento ou de efetuar logoff\ logon do usuário.

Atualizar a partir de um servidor web externo ou servidor web interno os repositórios locais em momentos específicos e estratégicos, objetivando a garantia de disponibilidade da rede.

Ter frequência de atualização, no mínimo, diária.

Oferecer suporte ao uso de repositórios locais e em nuvem para atualização do produto e vacinas emergenciais.

Permitir conexão através de servidor proxy para efetuar as atualizações.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Possibilitar executar varredura em tempo real: de arquivos (gravação e/ou leitura), de processos em memória.

Possibilitar executar varredura manual com interface Gráfica, configurável, com opção de limpeza.

Possibilitar o bloqueio das portas USB nos clientes ou a varredura automática ao usar as portas USB.

Deve possuir módulo de Firewall com as seguintes características:

- a) Capacidade de distinguir diferentes sub-nets e conceder opção de ativar ou não o firewall;
- b) A base de dados de análise deve ser atualizada juntamente com as vacinas;
- c) Filtragem de pacotes por portas, protocolos ou direções de conexão com possibilidade de bloqueio/permissão;
- d) Filtragem por aplicativos por grupo, fabricante, versão, nome;

Deve possuir módulos IPS (Intrusion Prevention System) para proteção contra port scans e exploração de vulnerabilidades de softwares.

- a) A base de dados de análise deve ser atualizada juntamente com as vacinas;

Deve ter suporte ao protocolo IPv6;

Capacidade de detectar vírus de macros;

Todos os tipos de varredura (tempo real, manual, etc.) devem possuir, no mínimo, as seguintes opções:

- a. Escopo: todos os drives locais, drives específicos, ou pastas específicas.
- b. Ação: alertar, limpar/apagar, deixar arquivos suspeitos em quarentena.
- c. Frequência: diária, semanal, mensal.
- d. Filtros: pastas, arquivos, tipos de arquivos e processos que devem ser varridos ou não.

Gerar registro (logs) da varredura localmente com posterior envio do seu conteúdo para o console central de gerenciamento.

A Central de gerenciamento deve ser capaz de exportar os logs de varredura e detecção em tempo real no padrão SYSLOG.

Verificar pastas/arquivos via menu de contexto similar ao do Windows.

Permitir a instalação e atualização remota da solução.

Possibilitar notificações de eventos críticos e alertas de segurança através de mensagem visual para usuário e via e-mail para administrador.

Deteção e remoção de programas maliciosos como spyware, adware, trojans, etc.

Monitoramento em tempo real, processos na memória, para a captura de vírus ou itens maliciosos.

Solução única para proteção contra malwares em geral, incluindo vírus, trojans, worms, adware, rootkits, spywares, aplicações potencialmente indesejadas e softwares potencialmente perigosos.

A Console de Administração Central da Solução ofertada deve possuir algum método de desinstalação e desativação temporária do antivírus.

Possuir instalação através de Políticas do Active Directory, script de logon.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Possuir área de quarentena com as seguintes funcionalidades:

- a. Verificar novamente o arquivo na quarentena;
- b. Exibir propriedades do arquivo na quarentena;
- c. Restaurar o arquivo;
- d. Adicionar arquivo suspeito à quarentena;
- e. Enviar arquivo para análise manual e/ou automático.

Ao selecionar a opção “e. enviar arquivo para análise manual e/ou automático”, o programa deverá enviar o arquivo para análise da equipe responsável por criar vacinas do fabricante. O arquivo suspeito deverá ser mantido inoperante em quarentena até que seja desinfectado por eventual vacina enviada pelo fabricante.

Ao detectar um malware, a solução deverá executar ações automáticas, ambas ao menos com as seguintes opções disponíveis:

- a. Reparar o arquivo;
- b. Enviar para a quarentena;
- c. Excluir o arquivo.

Funcionalidade de Controle de Dispositivos:

- a. Gerenciar o uso de dispositivos USB e CD/DVD, através de controles de leitura/escrita/execução do conteúdo desses dispositivos e também sobre o tipo de dispositivo permitido (ex: permitir mouse USB e bloquear disco USB);
- b. Permitir criar políticas de bloqueio de dispositivos baseadas na localização atual da estação de trabalho;
- c. Gerenciamento integrado à console de gerência da solução;

Funcionalidade de Controle de Aplicações:

- a. Oferecer proteção para o sistema operacional e softwares comerciais instalados nas estações, permitindo a definição de controles de acesso (escrita/leitura) para arquivos, diretórios, chaves de registro e controle de processos;
- b. Permitir o bloqueio do uso de aplicações baseado em nome, diretório e hash da aplicação;
- c. Possibilidade de envio de eventos críticos da máquina como alerta de vírus para a console de gerenciamento, no intuito de informar os administradores da solução sobre as novas ameaças encontradas no ambiente de antivírus;
- d. Capacidade de detectar comportamentos anormais de aplicações para encontrar ameaças e vulnerabilidades baseando-se em tecnologias de heurística.
- e. Controlar a atualização periódica de aplicações comerciais, comumente instaladas em estações de trabalho, tais como Java, Plugins da Adobe, Navegadores Web, alertando o usuário sobre o uso de versões desatualizadas e vulneráveis via Console de Gerenciamento Central da Solução ofertada.

- Características do módulo para gerenciamento

Suporte à instalação em Sistemas Operacionais de Servidor, tanto em máquinas físicas quanto virtuais.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Suportar o gerenciamento de, no mínimo, 5.000 máquinas (endpoints) a partir de um único servidor. Deve permitir a composição de servidores sendo administrados por um servidor primário, quando for o caso.

Permitir o gerenciamento do servidor utilizando a pilha de protocolos TCP/IP.

Permitir o gerenciamento centralizado da instalação nos clientes a partir de um único servidor, com possibilidade de Sincronização com o Active Directory.

Integração, manual ou automática, da estrutura de domínios do Active Directory e LDAP;

Permitir a alteração das configurações dos antivírus/antimalware nos clientes de maneira remota e através de regras aplicáveis a uma máquina ou um grupo de máquinas.

Permitir a atualização incremental e através do uso de políticas da lista de definições de vírus nos clientes a partir de um único ponto da rede.

Permitir a criação de tarefas de atualização, verificação de vírus e upgrades de produto em intervalos de tempo pré-determinados.

Permitir o armazenamento das informações coletadas nos clientes em um banco de dados centralizado. Caso a ferramenta utilize banco de dados (SGBD) que requeira licenciamento específico, este deverá ser fornecido sem custo adicional para a Contratante.

Permitir diferentes níveis na administração do console de gerenciamento utilizando usuários do domínio.

Forçar a configuração determinada no servidor para os clientes.

Exportação dos relatórios e dados para, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes formatos: PDF, XML, HTML, CSV, XLS, DOC e RTF.

A solução deverá possuir *Dashboard* que deverá conter informações como:

- a. Máquinas com a lista de definições de vírus desatualizada.
- b. Qual a versão do software instalado ou indicação de versão atualizada ou desatualizada em cada máquina.
- c. Os vírus que foram detectados.
- d. Máquinas com eventos suspeitos

Possuir a capacidade de geração de relatórios gráficos

Possibilidade de aplicar regras diferenciadas baseado na localidade lógica da rede para IP ou faixa de IP; Domínio; Grupo ou Unidade Organizacional.

Possibilidade de aplicar regras diferenciadas por grupos de usuários e máquinas.

Configuração das localidades lógicas da rede por Faixa de IP, subnet, servidor de DNS, nome do domínio e cliente conectado (ou não) ao servidor de gerenciamento.

Possuir recursos para a criação e agendamento periódicos de backups da base de dados.

Permitir a opção de instalação de Servidores de Gerenciamento adicionais fornecendo assim a possibilidade de trabalhar em modo de Load Balance e Failover.

Permitir a replicação do Banco de Dados entre os Servidores de Gerenciamento.

O antivírus deverá promover mecanismos de customização dos pacotes de instalação em clientes e servidores, com possibilidade de uso de pacotes de





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

instalação auto executáveis (.exe), instalação silenciosa, pastas de instalação no destino, configurações avançadas das tecnologias a serem instaladas.

O pacote deverá detectar automaticamente a versão do sistema operacional do computador destino e instalar o produto correspondente sem a necessidade de intervenção do administrador ou do usuário.

A customização do pacote de instalação deverá permitir que a distribuição seja feita para os computadores em conformidade com a política de configuração determinada pelo administrador, com as últimas vacinas, em um processo transparente e silencioso.

Caso o sistema necessite de mais de um servidor para atender o ambiente, a instalação em modo móvel (roaming) deverá possibilitar ao administrador a configuração de uma lista hierárquica de servidores de administração.

Possuir ferramenta que permita analisar toda a rede e faixas da rede e identificar os computadores que porventura não estejam com o antivírus instalado ou atualizado, de acordo com as políticas determinadas na console da administração.

A análise da rede deverá identificar computadores que tenham antivírus de outros fabricantes, ou que tenham antivírus instalados, porém desativados. Esta análise deverá ser feita pela rede a partir da console.

A console única de gerenciamento deve travar as configurações em clientes através de senhas para que somente o administrador possa alterar a configuração, desinstalação ou parar o antivírus dos clientes;

A console única de gerenciamento deve exibir logs e alertas de todos os clientes e servidores, em tempo real, sem a necessidade de exportar ou transferir arquivos manualmente ou através de patches entre clientes, servidores e central de gerenciamento.

Deverá possuir capacidade de envio de alertas, no mínimo, através de um destes meios: envio de mensagem de e-mail, mensagem de alerta na tela do computador, execução de scripts/programas ou SNMP.

A solução de gerenciamento centralizado deve estar integrada com a solução de segurança para proteção de estações de trabalho (desktops e notebooks), com todos os seus módulos, e dispositivos móveis (smartphones e tablets).

Deve possuir software da solução com compatibilidade com Dispositivos Móveis;



### **2.3. SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO DAS LICENÇAS DE SOFTWARE ADQUIRIDAS:**

A Contratada deverá prestar suporte técnico às licenças adquiridas durante todo o período de vigência contratual e Garantia, ou seja, de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses.

Detalhamento do serviço

- Serviços de suporte.

Durante a vigência do contrato e da garantia, deverá ser fornecido suporte técnico pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deve fornecer correção de qualquer defeito ou falha que ocorra nos programas que impeçam o seu perfeito funcionamento de acordo com suas características e desempenho especificados em documentação técnica que acompanha cada software.

A CONTRATADA deve revisar Manuais Técnicos e Guias do Usuário, inclusive documentação, a qualquer tempo, e desde que acompanhada da respectiva atualização/revisão dos softwares.

A CONTRATADA, após a assinatura do contrato, deve disponibilizar material ou meio de consulta para a Contratante sobre como instalar, configurar e utilizar o objeto adquirido, capacitando o(s) administrador(es) e operador(es) a executar essas atividades com o console central de gerenciamento da solução adquirida. Quaisquer dúvidas técnicas na execução dessas atividades, bem como na instalação, configuração e utilização do Console de Gerenciamento Central deverão ser sanadas por meio do suporte técnico.

Os serviços de manutenção de software deverão prover suporte aos componentes (licenças de uso); orientações sobre uso, configuração e instalação; orientações para identificação de causas de falhas de software; fornecimento de informações conhecidas sobre defeitos conhecidos e envio de informações sobre falhas não conhecidas para tratamento do fabricante do produto.

### **CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:**

#### **DEFINIÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS:**

A CONTRATADA deverá manter todos componentes da solução fornecida com um índice de disponibilidade anual mínimo de 99% (noventa e nove por cento), apurados mensalmente, desconsiderando as paradas planejadas e erros de configuração ocasionados pela CONTRATANTE.

Paradas planejadas são manutenções previamente agendadas entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE para manutenções na solução proposta.

Estas paralisações devem ser solicitadas com um mínimo de 05 (cinco) dias úteis de antecedência.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Para apuração do Índice de Disponibilidade da solução e Tempo de Atendimento para solução de problemas, os chamados são classificados em 4 (quatro) Níveis de Severidade, de acordo com a Tabela a seguir:

Severidade	Escopo
1	Um problema que tenha um impacto crítico na capacidade da CONTRATANTE em manter sua infraestrutura ativa. Um número significativo de usuários da solução e/ou da rede é incapaz de executar adequadamente as suas tarefas. A solução e/ou a rede estão inoperantes ou severamente degradados.
2	Um problema que tenha um impacto na capacidade da CONTRATANTE em manter sua infraestrutura ativa, cuja severidade seja significativa, porém não crítica, e que possa ser de natureza repetitiva. O funcionamento do sistema, da rede ou do produto é afetado, mas o desempenho não foi severamente degradado.
3	Um problema que não cause impacto na capacidade da CONTRATANTE em manter sua infraestrutura ativa.
4	Não é um problema e sim suporte para ajustes ou otimizações.

TABELA 1 – NÍVEIS DE SEVERIDADE

Um chamado somente será considerado contingenciado ou concluído com o aceite da CONTRATANTE.

Solução de Contingência ou de Contorno é uma solução temporária para um problema que não elimina a sua causa raiz. Esta solução restabelece a disponibilidade do ambiente, possibilitando assim a execução plena de suas funções originais, mantendo o mesmo nível de desempenho anterior ao problema.

Para os problemas classificados como de severidade 1 (um), a assistência técnica será prestada em regime 24x7x365 (remota), com atendimento em até 2 (duas) horas corridas após o registro do chamado.

A solução de contingência não poderá ultrapassar 8 (oito) horas corridas após o registro do chamado.

Caso haja necessidade de troca do equipamento ou peça, apenas no caso de fornecimento de appliance, esta deverá ser feita em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas corridas, contadas a partir da abertura do chamado.

A solução definitiva não poderá ultrapassar 15 (quinze) dias corridos após o registro do chamado.

Para os problemas classificados como severidade 2 (dois), a assistência técnica será prestada em regime 24x7x365 (remota), com atendimento em até 4 (quatro) horas corridas após o registro do chamado.

A solução de contingência não poderá ultrapassar 12 (doze) horas corridas após o registro do chamado.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Caso haja necessidade de troca do equipamento ou peça, apenas no caso de fornecimento de appliance, esta deverá ser feita em no máximo 72 (setenta e duas) horas corridas, contadas a partir da abertura do chamado.

A solução definitiva não poderá ultrapassar 20 (vinte) dias corridos após o registro do chamado.

Para os chamados classificados como severidade 3 (três), a assistência técnica será prestada em horário comercial, em regime 8 x 5 (remota), com atendimento em até 4 (quatro) horas úteis após o registro do chamado.

A CONTRATADA terá, no máximo, 40 (quarenta) horas úteis, após o registro do chamado, para implantar uma solução de contingência.

A solução definitiva não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias corridos após o registro do chamado.

Para os chamados classificados como severidade 4 (quatro), a assistência técnica será prestada em horário comercial, em regime 8 x 5 (remota), com atendimento em até 4 (quatro) horas úteis após o registro do chamado.

A CONTRATADA terá, no máximo, 15 dias corridos para responder ao chamado, após o seu registro.

Para problemas de hardware, apenas no caso de fornecimento de appliance, a solução definitiva não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias corridos e para software, 2 (dois) meses.

O descumprimento de qualquer um dos indicadores supracitados acarretará na aplicação de multa de acordo com a legislação em vigor.

Não será aceito, pela CONTRATANTE, a cobrança de eventuais diferenças vinculadas a questões trabalhistas, tais como férias, horas extras, sobreaviso, etc. Adicionalmente, todos os gastos provenientes de deslocamento, estadia e alimentação, caso sejam necessários, já deverão estar incluídos no preço final da proposta.

A tabela a seguir relaciona, resumidamente, os níveis de severidade e os tempos de atendimento requeridos:

Severidade	Atendimento			
	Regime	Prazo	Solução de Contingência	Solução Definitiva
1	24x7x365 (remota)	Até 2 (duas) horas corridas*	Até 8 (oito) horas corridas*	Até 15 (quinze) dias corridos*
2	24x7x365 (remota)	Até 4 (quatro) horas corridas*	Até 12 (doze) horas corridas*	Até 20 (vinte) dias corridos*
3	Horário comercial, no regime 8x5 (remota)	Até 4 (quatro) horas úteis*	Até 40 (quarenta) horas úteis*	Até 30 (trinta) dias corridos*



4	Horário comercial, no regime 8x5 (remota)	Até 4 (quatro) horas úteis*	<i>Suporte / Resposta ao chamado:</i> Até 15 (quinze) dias corridos*
---	---	-----------------------------	---

TABELA 2 – NÍVEIS DE SEVERIDADE

3.

(\*) prazo após o registro do chamado

**INDICADORES DE QUALIDADE:**

**DISPONIBILIDADE DA SOLUÇÃO:**

<b>IDMS – Índice de Disponibilidade Mensal da SOLUÇÃO</b>	
<b>Atributo</b>	<b>Valor</b>
Descrição	Percentual de tempo, durante o período de um mês de apuração, em que todos os PRODUTOS da SOLUÇÃO permaneçam em condições normais de funcionamento com os todos os recursos e funcionalidades contratados.
Objetivo	Garantir uma disponibilidade minimamente aceitável da <b>SOLUÇÃO</b> .
Meta	<b>99%</b>
Periodicidade	Mensal
Unidade de Representação	Valor percentual
Forma de Cálculo	<b>IDMS = ( ( DR + IJ ) / DP ) x 100    onde:</b> <b>DR</b> = Disponibilidade real no mês de apuração, em horas <b>IJ</b> = Indisponibilidade justificada no mês de apuração, em horas <b>DP</b> = Disponibilidade prevista no mês de apuração, em horas = <b>24 x</b> (número de dias no mês de apuração) <b>Obs.: A indisponibilidade justificada decorre de:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>– Paradas acordadas entre as partes;</li><li>– Motivos de força maior (ex. desabamento, enchentes, etc.).</li></ul>



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Mecanismo de Medição e Gestão	O mecanismo de medição e a forma de gestão deste indicador estão descritos no item “ <b>GESTÃO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO</b> ” deste anexo.
Proporcionalização do Pagamento	<p>Meta não atingida implicará em desconto no valor do pagamento mensal, pela CONTRATANTE, do serviço correspondente ou da garantia contratual ou simplesmente garantia especificada neste edital, caso o serviço correspondente tenha sido, de alguma forma, quitado pela CONTRATANTE antecipadamente.</p> <p>O desconto total será calculado aplicando acumulativamente o desconto referente a cada indicador de qualidade especificado neste item e aplicável no período de apuração correspondente.</p> <p>Considera-se a seguinte tabela para o cálculo do desconto referente a este indicador de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Sem desconto, se <math>99\% \leq \text{ICSP} \leq 100\%</math></li><li>- Desconto de 5%, se <math>95\% \leq \text{ICSP} &lt; 99\%</math></li><li>- Desconto de 10%, se <math>90\% \leq \text{ICSP} &lt; 95\%</math></li><li>- Desconto de 15%, se <math>85\% \leq \text{ICSP} &lt; 90\%</math></li><li>- Desconto de 20%, se <math>\text{ICSP} &lt; 85\%</math></li></ul>



**PRAZO DE ATENDIMENTO DA MANUTENÇÃO E SUPORTE  
TÉCNICO:**

<b>ICSP – Índice de CHAMADOS solucionados no prazo previsto</b>	
<b>Atributo</b>	<b>Valor</b>
Descrição	Percentual de CHAMADOS solucionados, pela CONTRATANTE, no prazo previsto em relação a todos os CHAMADOS efetuados durante o período de apuração.
Objetivo	Reduzir os atrasos na resolução de problemas, defeitos e no esclarecimento de dúvidas e questionamentos técnicos pela CONTRATADA.
Meta	95%
Periodicidade	Mensal
Unidade de Representação	Valor percentual
Forma de Cálculo	<b>ICSP = (TCP / TC ) x 100</b> <b>onde:</b> TCP = Total de chamados SOLUCIONADOS dentro do prazo máximo definido neste edital, durante o período de apuração. TC = Total de chamados ABERTOS durante o período de apuração.
Mecanismo de Medição e Gestão	O mecanismo de medição e a forma de gestão deste indicador estão descrito no item “ <b>GESTÃO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO</b> ” deste anexo.
Proporcionalização do Pagamento	Meta não atingida implicará em desconto no valor do pagamento mensal, pela CONTRATANTE, do serviço correspondente ou da garantia contratual ou simplesmente garantia especificada neste edital, caso o serviço correspondente tenha sido, de alguma forma, quitado pela CONTRATANTE antecipadamente. O desconto total será calculado aplicando acumulativamente o desconto referente a cada indicador de qualidade especificado neste item e aplicável no período de apuração correspondente. Considera-se a seguinte tabela para o cálculo do desconto referente a este indicador de qualidade: - Sem desconto, se $95\% \leq \text{ICSP} \leq 100\%$ - Desconto de 5%, se $90\% \leq \text{ICSP} < 95\%$



	- Desconto de 10%, se $85\% \leq \text{ICSP} < 90\%$ - Desconto de 15%, se $80\% \leq \text{ICSP} < 85\%$ - Desconto de 20%, se $\text{ICSP} < 80\%$
--	--

**EFICÁCIA DA MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO:**

<b>ICSD – Índice de CHAMADOS Solucionados Definitivamente</b>	
<b>Atributo</b>	<b>Valor</b>
Descrição	Percentual de CHAMADOS solucionados de forma definitiva pela CONTRATADA em relação a todos os CHAMADOS efetuados durante o período de apuração.
Objetivo	Reduzir o número de reincidências nos CHAMADOS abertos pela CONTRATANTE pela mesma causa raiz.
Meta	95%
Periodicidade	Trimestral
Unidade de Representação	Valor percentual
Forma de Cálculo	<b><math>\text{ICSD} = (\text{TCP} / \text{TC}) \times 100</math></b> <b>onde:</b> TCD = Total de chamados SOLUCIONADOS sem reincidência no período de apuração. TC = Total de chamados ABERTOS durante o período de apuração.
Mecanismo de Medição e Gestão	O mecanismo de medição e a forma de gestão deste indicador estão descrito no item <b>“GESTÃO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO”</b> deste anexo.
Proporcionalização do Pagamento	Não será aplicado nenhum tipo de desconto de pagamentos à CONTRATADA, no caso de descumprimento da meta. Porém a CONTRATANTE se reserva o direito de aplicar as penalidades previstas na legislação vigente.
Observação	Meta não atingida implicará em desconto no valor do pagamento mensal, pela CONTRATANTE, do serviço correspondente ou da garantia contratual ou simplesmente da garantia especificada neste edital, caso o serviço correspondente tenha sido, de alguma forma, quitado pela CONTRATANTE antecipadamente.  O desconto total será calculado aplicando acumulativamente o desconto referente a cada indicador de





	<p>qualidade especificado neste item e aplicável no período de apuração correspondente.</p> <p>Considera-se a seguinte tabela para o cálculo do desconto referente a este indicador de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Sem desconto, se <math>95\% \leq \text{ICSP} \leq 100\%</math></li><li>- Desconto de 5%, se <math>90\% \leq \text{ICSP} &lt; 95\%</math></li><li>- Desconto de 10%, se <math>85\% \leq \text{ICSP} &lt; 90\%</math></li><li>- Desconto de 15%, se <math>80\% \leq \text{ICSP} &lt; 85\%</math></li><li>- Desconto de 20%, se <math>\text{ICSP} &lt; 80\%</math></li></ul>
--	---

### **GESTÃO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO:**

Pelo menos um dos seguintes mecanismos deve ser disponibilizado pela CONTRATADA para ABERTURA (REGISTRO) de CHAMADOS: telefone, com atendimento em português, sem custo adicional, sem limite de chamados; mensagem eletrônica (e-mail), sítio na Internet.

No caso de ligações telefônicas, o número para contato para a abertura/registro de CHAMADOS deverá ser único para todos os módulos, componentes e funcionalidades da SOLUÇÃO.

Na ABERTURA (REGISTRO) dos CHAMADOS, a CONTRATANTE irá comunicar, via mensagem eletrônica (e-mail), à CONTRATADA as seguintes informações:

- Data e hora de abertura do CHAMADO.
- Código alfanumérico de identificação do CHAMADO.
- Descrição do CHAMADO.
- Nível de Severidade do CHAMADO.
- Identificação (nome completo e matrícula) do solicitante da CONTRATANTE.
- Identificação do atendente da CONTRATADA.

Caso o CHAMADO tenha sido aberto via ligação telefônica, a CONTRATADA deverá confirmar, via mensagem eletrônica (e-mail), a ABERTURA (REGISTRO) do CHAMADO, incluindo as seguintes informações:

- Código alfanumérico de identificação do CHAMADO.
- Nível de Severidade do CHAMADO.
- Data e hora de início do ATENDIMENTO.
- Descrição do serviço a executar.
- Identificação do responsável pelo serviço a executar.

O CONTINGENCIAMENTO do CHAMADO será confirmado através do aceite pela CONTRATANTE na ordem de serviço (OS) correspondente, desde que incluso as seguintes informações:

- Código alfanumérico de identificação do CHAMADO.
- Data e hora de conclusão do contingenciamento.
- Descrição detalhada do serviço executado.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

A CONCLUSÃO definitiva do CHAMADO será confirmada através do aceite pela CONTRATANTE na ordem de serviço (OS) correspondente, desde que incluso as seguintes informações:

- Código alfanumérico de identificação do CHAMADO.
- Data e hora de conclusão do serviço executado.
- Descrição detalhada do serviço executado.

A CONTRATADA deverá elaborar e enviar à CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês, o RELATÓRIO DE APURAÇÃO DE NÍVEIS DE SERVIÇO, conforme o modelo apresentado no Anexo – Modelos de Documentos deste edital.

Neste relatório serão apresentados os resultados referentes a todos os INDICADORES DE QUALIDADE cujo período de apuração se encerra no mês que precede à data de sua emissão.

Caso não ocorra nenhum CHAMADO no período de apuração, a emissão deste relatório será dispensada, considerando, neste caso, que todos os INDICADORES DE QUALIDADE alcançaram a meta prevista.

Durante o período de garantia, a CONTRATANTE deverá ter a opção de abrir chamado de suporte técnico diretamente ao fabricante da solução, através de central de atendimento 0800 no Brasil, durante os 7 dias da semana, 24 horas por dia (24x7), inclusive em feriados.

A CONTRATANTE deverá ter acesso direto à base de dados de conhecimento do fabricante da solução. Base esta que contenha informações, orientações e assistência para instalação, desinstalação, configuração e atualização de firmware e software, aplicação de correções, diagnósticos, avaliações e resolução de problemas e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento dos equipamentos.

### **3. ATUALIZAÇÃO DAS LICENÇAS:**

A Contratada deverá prover toda e qualquer atualização ao produto durante a vigência do contrato e da Garantia.

Entende-se como atualização o fornecimento de qualquer evolução do produto, incluindo patches, fixes, correções, updates, service packs e novas versões lançadas.

O fornecimento de novas versões e releases não acarretará quaisquer ônus adicionais à Contratante durante a vigência do contrato.

A Contratada deverá informar à Contratante toda e qualquer atualização lançada pelo Fabricante, com detalhamento técnico.

### **4. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:**

A aquisição de licenças de antivírus possui, como intuito, prevenir a contaminação por vírus, malwares, suas variantes e demais ameaças cibernéticas, nos computadores da Contratante que podem pôr em risco o sigilo, a integridade e a disponibilidade das informações.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Devido à grande utilização de e-mails e acesso a páginas de internet, a aquisição de software de antivírus passa a ser necessária para fornecer segurança à infraestrutura de rede dos órgãos do Governo Estadual, sendo este licenciamento imprescindível para os ambientes informatizados.

Estas aquisições buscam proporcionar maior proteção aos computadores dos órgãos, resguardando problemas que possam prejudicar os serviços prestados aos cidadãos. Portanto, é uma questão de segurança, que possibilita garantir o desempenho das estações de trabalho e, por conseguinte, disponibilizar aos funcionários condições para a realização de suas atividades. A aquisição destas licenças é essencial para que estas tarefas sejam executadas com êxito.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de aquisição dessas ferramentas para promover e realizar as atividades demandadas para o governo nos próximos anos.

## **5. OBRIGAÇÕES DAS PARTES (*ESPECÍFICAS AO OBJETO*):**

Compete ao ÓRGÃO GERENCIADOR:

Gerenciar a presente Ata, devendo para tal, nomear um gestor para acompanhamento dos fornecimentos realizados, avaliar o mercado constantemente de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

Notificar o FORNECEDOR de qualquer irregularidade ocorrida no fornecimento.

Compete aos ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

Emitir Nota de Empenho a crédito do FORNECEDOR no valor correspondente ao fornecimento das licenças;

Efetuar o pagamento referente ao objeto a ser contratado nos termos da presente Ata.

Informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR as irregularidades ocorridas durante o fornecimento dos softwares.

Compete ao FORNECEDOR:

Fornecer durante 12 (doze) meses os softwares objeto desta Ata, a contar da publicação do extrato da mesma no Diário Oficial, na forma e condições aqui fixadas, mediante requisição do ÓRGÃO PARTICIPANTE, devidamente assinada pela autoridade responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes do Pregão Eletrônico;

Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida na Ata. Entregar os softwares com as respectivas mídias e licenças de uso



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

nos prazos estipulados, a contar do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

Entregar os softwares nos locais indicados pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES;

Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para o ÓRGÃO PARTICIPANTE, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como apresentar a cada fatura, comprovação de regularidade perante a Seguridade Social (FGTS e INSS);

Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, referentes à forma de fornecimento dos softwares e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

Comunicar imediatamente ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

Guardar em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer motivo venham a tomar conhecimento em razão dos seus serviços, o mais completo e absoluto sigilo, sob pena de responsabilidade civil e criminal por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização.



## **6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

### **CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO E QUALIFICAÇÃO**

#### **TÉCNICA:**

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação, através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com indicação da quantidade fornecida, da qualidade do material, do atendimento, do cumprimento de prazos e demais condições do fornecimento.

Entende-se por compatibilidade das características, o fornecimento de cessão de direito de uso de solução corporativa de Antivírus; da quantidade, o fornecimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) da quantidade de licenças ofertada na proposta; e dos prazos, o fornecimento do quantitativo dentro dos prazos contratados.

Para comprovação do quantitativo fornecido poderão ser apresentados tantos atestados quantos necessários para comprovar que todo o quantitativo indicado na cláusula já tenha sido fornecido pela licitante.

Na comprovação descrita anteriormente serão considerados apenas os atestados em conformidade com o descrito acima.

Os Softwares devem ser fornecidos preferencialmente no idioma Português do Brasil.

Deverá ser disponibilizada sempre a última versão atualizada pelo fabricante.

#### **PRAZO DE EXECUÇÃO:**

Os Kits de instalação e Licenças devem ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis aos órgãos participantes a partir da data da publicação do contrato.

Todas as licenças fornecidas pela Contratada durante a execução do contrato deverão ser entregues com o respectivo documento fiscal.

#### **LOCAL DE ENTREGA:**

As entregas deverão ser feitas a partir da demanda da Contratante.

Todos os produtos especificados no objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues dentro dos limites territoriais do Estado de Minas Gerais em horário comercial, nos locais indicados pelos órgãos Contratantes, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº 8.666/93.

Os locais corretos serão descritos pelos órgãos e entidades contraentes, conforme Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço emitidos.

Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, e caso seja encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela Contratada.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Definitivamente, após recebimento provisório, para verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo apostado na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias), que ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis.

## **7. RECEPÇÃO TÉCNICA:**

Para os lotes 01 e 02, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após a suspensão da sessão de lances, o fornecedor detentor da melhor oferta deverá encaminhar amostra do produto ofertado, devidamente identificado, para realização de Recepção Técnica com objetivo de averiguação do atendimento às especificações técnicas indicadas no Anexo I – Termo de Referência.

A amostra deverá ser encaminhada ou direcionada para a Diretoria Central de Gestão de Recursos de TIC/Superintendência Central de Governança Eletrônica no seguinte endereço: Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.001 – Prédio Gerais – SEPLAG), no horário de 08H00MIN (oito) às 17H00MIN (dezessete) horas.

As características definidas nos Lotes 01 e 02 deverão ser comprovadas por meio de documentação técnica a elas referenciada e por meio da realização de testes de aceitação a serem efetivados pela área demandante: Diretoria Central de Gestão de Recursos de TIC/Superintendência Central de Governança Eletrônica/SEPLAG em conjunto com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE/MG. O endereço da efetivação da Recepção Técnica será na Sede da PRODEMGE: Rua da Bahia, 2277 - Lourdes - BH/MG.

Os testes de aceitação serão definidos pela área técnica de acordo com o item 2.2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E REQUISITOS MÍNIMOS DO OBJETO do Anexo I – Termo de Referência.

Serão escolhidos de forma aleatória 05 testes práticos para validação entre os requisitos descritos no item 2.2 do Anexo I – Termo de Referência.

A Especificação do Ambiente de Testes é:

01 Máquina Virtual (VM) para o módulo gerenciador com a seguinte configuração: 02 vCPUs, 08 GB de vRAM e 20 GB de vDISK (ou vHD) com CentOS;

01 VM para a estação de trabalho virtual que irá cumprir o papel de cliente onde será instalado o antimalware client com a seguinte configuração: 01 vCPU, 04 GB de vRAM e 20 GB de vDISK (ou vHD) e Windows 7 Professional.

As VMs terão comunicação via rede IP para testes das funções de atualização e gerenciamento.

Todos os componentes de software da solução deverão ser instalados nessa configuração. Caso a solução ofertada seja composta de equipamento do tipo Appliance, este deverá ser disponibilizado e configurado pela proponente com a melhor oferta nos mesmos prazos anteriormente informados e deverá ser retirado após a realização da recepção técnica. Nem



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

a Prodemge e nem a SEPLAG poderão se responsabilizar pela guarda dos equipamentos entregues à sua posse durante o período em que os mesmos estiverem disponíveis para testes. Nesse sentido é essencial que o equipamento disponibilizado seja objeto de seguro específico contra furto, roubo, descargas elétricas, intempéries, quedas, transporte e manejo inadequados e riscos afins. O licitante detentor do melhor preço, nesse caso, se obriga a informar com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, sobre todos os requisitos necessários para a correta instalação física, elétrica e lógica dos equipamentos. Além disso, informará também sobre a necessidade adicional de criação e configuração de máquinas virtuais a serem providas pela Prodemge/SEPLAG.

O prazo para conclusão da Recepção Técnica é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da amostra pelo fornecedor da melhor oferta.

Após a Recepção Técnica, a amostra deverá ser retirada pelo fornecedor.

## **8. GARANTIA:**

A garantia do software adquirido deverá possuir, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de ateste do seu recebimento.

Constatada a necessidade de reparo ou troca do produto, ela deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a notificação do defeito à CONTRATADA feita pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá manter canal de comunicação – telefone ou e-mail – durante o prazo de garantia com o CONTRATANTE.

## **9. GARANTIA FINANCEIRA**

**I** - A CONTRATADA prestará garantia dos serviços durante a execução do contrato, nos termos do artigo 56 da Lei nº. 8.666/93, em uma das modalidades abaixo citadas, no montante de 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato:

**a)** caução em dinheiro;

**b)** caução em Título da Dívida Pública, considerando apenas o seu valor de mercado certificado por Bolsa de Valores;

**c)** seguro garantia, no qual deverá constar cláusula de cancelamento do seguro somente com a anuência do CONTRATANTE; sendo que uma cópia autenticada desta apólice deverá ser encaminhada à Diretoria de Administração Financeira e Contábil da Superintendência de Gestão e Finanças ou unidade equivalente.

**d)** fiança bancária fornecida por banco regularmente cadastrado pelo Banco Central-BACEN.

**II** - Se a modalidade escolhida for à caução em dinheiro, este deverá ser recolhido pela CONTRATADA junto ao Tesouro do Estado de Minas Gerais, por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), e, quando da devolução, após a execução do contrato, será atualizado monetariamente de acordo com a variação “pro-rata-tempore” do IPCA.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**III** - A CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de depósito bancário à Superintendência de Gestão e Finanças ou unidade equivalente.

**IV** - Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

**V** - A garantia prestada pela CONTRATADA deverá garantir a continuidade do serviço contratado, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, durante todo o período de vigência deste contrato.

**VI** - Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, ou reduzido em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificado.

**VII** - A garantia será liberada ou restituída após a execução do contrato, quando as obrigações forem consideradas cumpridas em todos os termos deste contrato e aditivos, caso ocorram. Considerar-se-á executado o contrato quando da emissão de declaração pelo CONTRATANTE de que a prestação dos serviços encerrou-se de maneira satisfatória, o que deverá ocorrer após o término da vigência contratual e comprovação pela CONTRATADA do recolhimento de todos os tributos e encargos trabalhistas.

**VIII** - A liberação da caução em dinheiro ou carta de fiança bancária somente ocorrerá após expressa autorização do CONTRATANTE.

**IX** - É facultado à CONTRATADA, no curso da execução deste contrato, substituir a modalidade de garantia por outra, dentre as previstas nesta cláusula, mediante autorização expressa do CONTRATANTE.

## **10. PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG e/ou por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE.

## **11. VIGÊNCIA:**

Os contratos têm vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de sua publicação.





## RELATÓRIO DE APURAÇÃO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

### Identificação do Contrato

Contrato: \_\_\_\_\_ Data de Emissão: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Indicadores de Qualidade

Código do Indicador: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ -  
\_\_\_\_\_

Período de Apuração: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Valor Apurado: \_\_\_\_\_

Desconto no Pagamento: ( ) sem desconto (meta atingida)

( ) desconto de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )  
na parcela devida no mês ou na garantia contratual ou na  
garantia, conforme estipulado no contrato correspondente a este  
serviço.

### Chamados no Período

Código do Chamado	Abertura		Severidade	Contingenciamento		Encerramento	
	Data	Hora		Data	Hora	Data	Hora

Código do Indicador: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ -  
\_\_\_\_\_



**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**PLANEJAMENTO SIRP Nº 351/2015**

(preenchida em papel timbrado da proponente)

**Objeto:** Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de Licenças de uso de solução corporativa de Antivírus, mediante contrato, para Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, conforme especificações e condições previstas neste Edital e seus Anexos.

<b>Dados</b>	<b>Preenchimento pelo proponente</b>
<b>Nome empresarial</b>	
<b>CNPJ</b>	
<b>Inscrição Estadual</b>	
<b>Endereço</b>	
<b>Telefone/Fax</b>	
<b>Nome do Representante Legal</b>	
<b>Identidade e CPF do Representante Legal</b>	
<b>Prazo de Validade da Proposta</b>	

Declaro estar de acordo com todas as normas do Edital e seus anexos e que nos preços propostos encontram-se incluídos todos custos e despesas para o fornecimento do objeto, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais/trabalhistas, seguros, frete, carga e descarga até o destino, garantia e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis ao fornecimento integral do objeto da presente licitação.

<b>LOTE 1</b>								
<b>(A) ITEM</b>	<b>(B) DESCRIÇÃO</b>	<b>(C) CÓD. DO ITEM</b>	<b>(D) QUANT.</b>	<b>(E) VALIDADE MÍNIMA DAS LICENÇAS</b>	<b>(F) VALOR UNITÁRIO</b>		<b>(G) VALOR TOTAL</b>	
					<b>COM ICMS</b>	<b>SEM ICMS</b>	<b>COM ICMS</b>	<b>SEM ICMS</b>
01	Licença, Atualização e Suporte de Software de Antivírus, com Garantia, para múltiplas plataformas.	60410	25.248	02 Anos				



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

VALOR GLOBAL LOTE 1 (SOMATÓRIO DA COLUNA “G”)	COM ICMS	SEM ICMS
	R\$ (_____)	R\$ (_____)

LOTE 2								
(A) ITEM	(B) DESCRIÇÃO	(C) CÓD. DO ITEM	(D) QUANT.	(E) VALIDADE MÍNIMA DAS LICENÇAS	(F) VALOR UNITÁRIO		(G) VALOR TOTAL	
					COM ICMS	SEM ICMS	COM ICMS	SEM ICMS
01	Licença, Atualização e Suporte de Software de Antivírus, com Garantia, para múltiplas plataformas.	60410	2.569	02 (dois) anos.				

VALOR GLOBAL LOTE 2 (SOMATÓRIO DA COLUNA “G”)	COM ICMS	SEM ICMS
	R\$ (_____)	R\$ (_____)



**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

A \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE MENORES**

A \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei.

Data e local.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa



**ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/XXXX**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PLANEJAMENTO Nº**  
**351/2015**

Pelo presente instrumento, o Estado de Minas Gerais, Entidade de Direito Público, por intermédio do Centro de Serviços Compartilhados – CSC/SEPLAG, ÓRGÃO GERENCIADOR deste Registro de Preços, e o(s) BENEFICIÁRIO(S) abaixo indicado(s), sujeitando-se às determinações contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993, Lei Estadual nº. 13.994, de 18/09/2001, Lei Estadual nº. 14.167, de 10/01/2002, Lei Estadual nº. 14.184, de 31/01/2002, Decreto Estadual nº. 45.902, de 27/01/2012, Decreto Estadual nº. 44.630, de 03 de outubro de 2007, Decreto Estadual 44.786 de 18 de abril de 2008, Decreto Estadual nº. 44.787, de 18 de abril de 2008, pelas condições estabelecidas pelo edital de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS - PLANEJAMENTO Nº 351/2015** e demais normas pertinentes e aplicáveis, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**ÓRGÃO GERENCIADOR:** Secretaria de Planejamento e Gestão, por intermédio do Centro de Serviços Compartilhados – CSC/SEPLAG.

**ENDEREÇO:** Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves – Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4001 - Edifício Gerais - 13.º andar, Bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG – CEP: 4001.

**CNPJ/MF:** 05.461.142.0001-70

**REPRESENTANTE LEGAL:** Dagmar Maria Pereira Soares Dutra, portadora do CPF nº 686.906.146-72, Subsecretária do Centro de Serviços Compartilhados, designada por Ato do Governador, datado de 23/01/2015, para responder pelo Centro de Serviços Compartilhados da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, conforme Resoluções de competências nº 59/12 e 75/14, a contar de 21/01/2015.

**BENEFICIÁRIO LOTE 1: (NOME EMPRESARIAL)**

**ENDEREÇO:**

**CNPJ/MF:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**REPRESENTANTE LEGAL:**

**CI (RG):**

**CPF/MF:**

**BENEFICIÁRIO LOTE 2: (NOME EMPRESARIAL)**

**ENDEREÇO:**

**CNPJ/MF:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**REPRESENTANTE LEGAL:**

**CI (RG):**

**CPF/MF:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** - O objeto desta Ata é o Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de Licenças de uso de solução corporativa de Antivírus, visando atender às



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

necessidades dos órgãos participantes especificados na Cláusula Segunda desta Ata, mediante contrato, conforme condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 351/2015 e seus anexos, de acordo com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e quantidades estabelecidas abaixo:

**LOTE 1**

Item	Software/Plataforma/Ambiente	Código do Item	Quantidade de Licenças	Validade mínima das Licenças
01	LICENÇA, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARE DE ANTIVÍRUS, COM GARANTIA, PARA MÚLTIPLAS PLATAFORMAS	60410	25.428	02 ANOS

**LOTE 2**

Item	Software/Plataforma/Ambiente	Código do Item	Quantidade de Licenças	Validade mínima das Licenças
01	LICENÇA, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARE DE ANTIVÍRUS, COM GARANTIA, PARA MÚLTIPLAS PLATAFORMAS	60410	2.569	02 ANOS

<b>VALOR TOTAL DA ATA</b>	R\$ _____ (_____)
---------------------------	-------------------

**1.2** - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**1.3** - Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões dos Órgãos para a prestação do serviço durante o prazo de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**2.1** - O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Planejamento, por intermédio do Centro de Serviços Compartilhados – CSC, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**2.2. - São participantes os seguintes órgãos:**

- ⇒ Advocacia Geral do Estado;
- ⇒ Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais;
- ⇒ Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais;
- ⇒ Escola de Saúde Pública de Minas Gerais;
- ⇒ Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais;
- ⇒ Fundação Educacional Caio Martins;
- ⇒ Fundação Estadual do Meio Ambiente;
- ⇒ Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Fundação Rural Mineira;
- ⇒ Fundação TV Minas Cultural e Educativa;
- ⇒ Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais;
- ⇒ Instituto Estadual de Florestas;
- ⇒ Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico;
- ⇒ Instituto Mineiro de Gestão das Águas;
- ⇒ Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Junta Comercial do Estado de Minas Gerais;
- ⇒ Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- ⇒ Secretaria de Estado de Defesa Social;
- ⇒ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário;
- ⇒ Secretaria de Estado de Governo;
- ⇒ Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- ⇒ Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;
- ⇒ Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social;
- ⇒ Procuradoria Geral de Justiça.

**2.3.** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Estadual nº 46.311/13 e na Lei nº 8.666/93.

**2.4.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.5.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, ainda, em sua totalidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**2.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não-participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias.



### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1** - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, improrrogável.

**3.2** - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1** - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**4.2** - Os preços registrados poderão ser revistos, em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou de fato que altere o custo bens registrados, conforme dispõe os termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**4.3** - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

- 4.3.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 4.3.2.** Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
- 4.3.3.** Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.

**4.4** - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- 4.4.1.** Negociar os preços;
- 4.4.2.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso frustrada a negociação, sem que lhe seja aplicada a penalidade, quando a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento e for confirmada a veracidade dos motivos devidamente comprovados; ou
- 4.4.3.** Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**4.5** - A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

**4.6** - É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

**4.7** - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial da União, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do inciso III do §1º do art. 15 do Decreto Estadual n.º 46.311/13.

**4.8** - É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

**4.9** - Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**5.1** - O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

**5.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**5.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**5.1.3.** O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**5.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**5.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**5.2.1.** Por razões de interesse público;

**5.2.2.** A pedido do fornecedor, com a devida autorização da Administração.

**5.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

**6.1.** A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

presente ata e será formalizada mediante (a) instrumento contratual, mediante assinatura dos instrumentos respectivos, conforme Anexo IV – Minuta Contratual, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Estadual nº 46.311/13.

**6.2.** O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**6.3.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**6.4.** Previamente à formalização de cada contratação, o Órgão realizará consulta ao SICAF, CAFIMP e CAGEF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1** - A recusa do adjudicatário em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido pela Administração, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total das obrigações, nas condições especificadas neste edital e anexos, caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções:

**7.1.1.** Advertência por escrito;

**7.1.2.** Multa, conforme os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012:

**7.1.2.1.** 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

**7.1.2.2.** 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

**7.1.2.3** 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

**7.1.3.** Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos.

**7.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

sua ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso II do art. 54 do Decreto Estadual 45.902/2012.

**7.2.** São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

**7.2.1.** Não atendimento às especificações técnicas previstas no termo de referência ou em contrato;

**7.2.2.** Retardamento imotivado de fornecimento de bens de suas parcelas;

**7.2.3.** Paralisação de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

**7.2.4.** Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso ou em desconformidade, como se verdadeira ou perfeita fosse;

**7.2.5.** Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

**7.3.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 7.1.1, 7.1.3 e 7.1.4.

**7.4.** As sanções relacionadas nos itens 18.1.3 e 18.1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:

**7.4.1.** Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

**7.4.2.** Apresentar declaração ou documentação falsa;

**7.4.3.** Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

**7.4.4.** Não mantiver a proposta;

**7.4.5.** Falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;

**7.4.6.** Cometer fraude fiscal.

**7.5** - A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**8.1** - Integram esta Ata, a(s) proposta(s) vencedora(s) do(s) fornecedor(e)s < inserir o nome do 1º Fornecedor > e < inserir o nome do 2º Fornecedor >, bem como o edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 351/2015 e seus anexos independente de transcrição.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**8.2** - Cabe ao CSC – Centro de Serviços Compartilhados gerar o extrato e solicitar a publicação da Ata no Minas Gerais, conforme Decreto Estadual nº 46552/14.

**8.3** - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

**8.4** – Os autos relativos ao procedimento licitatório poderão ser consultados, a qualquer momento, no Núcleo de Compras do Centro de Serviços Compartilhados – CSC da SEPLAG, localizado na Cidade Administrativa Tancredo Neves – Secretaria de Estado de Fazenda – Edifício Gerais – 13º andar - Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4001 - Bairro Serra Verde - CEP: 31.630-901 - Belo Horizonte/MG.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

**8.1** - Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Belo Horizonte,        de                                de 2015.

\_\_\_\_\_  
Representante do Órgão Gestor  
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por intermédio da Subsecretaria do Centro  
de Serviços Compartilhados.

\_\_\_\_\_  
Representante do Beneficiário do Lote 1

\_\_\_\_\_  
Representante do Beneficiário do Lote 2

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:



## **ANEXO V-MINUTA DE CONTRATO**

Contrato Nº \_\_\_\_\_, para contratação de empresa para fornecimento de Licenças de solução corporativa de Antivírus com prestação de serviços de suporte técnico, manutenção e atualização de versões ou produtos, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

PLANEJAMENTO SIRP Nº 351 /2015, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, dos Decretos Estaduais/MG nº 45.035/2009, 45.018/2009 e 45.902/2012 e demais normas pertinentes, estando vinculado este contrato mediante as cláusulas que se seguem.

**CONTRATANTE:**

**NOME:**

**ENDEREÇO:**

**CNPJ/MF:**

**REPRESENTANTE LEGAL:**

**CONTRATADO:**

**NOME EMPRESARIAL:**

**ENDEREÇO:**

**CNPJ/MF:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**REPRESENTANTE LEGAL:**

**CI (RG):**

**CPF:**

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento Licenças de uso de solução corporativa de Antivírus com prestação de serviços de suporte técnico, garantia, manutenção e atualização de versões ou produtos, de acordo com as especificações técnicas e demais condições consignadas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços Planejamento nº 351/2015 e anexos, partes integrantes deste instrumento.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**I** - O objeto do presente contrato deverá ser executado em estrita conformidade com as especificações e condições descritas no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços – Planejamento 351/2015 que passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

**II** - Os Kits de instalação e licenças devem ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da data de assinatura o contrato.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

III - Todas as licenças fornecidas pelo Contratado durante a execução do contrato deverão ser entregues com o respectivo documento fiscal.

III – Todos os produtos especificados no objeto deste Contrato deverão ser entregues dentro dos limites territoriais do Estado de Minas Gerais em horário comercial, nos locais indicados pelos órgãos Contratantes.

IV - O endereço completo e o horário para entrega estarão discriminados na autorização de fornecimento ou em documento anexo à Nota de Empenho.

VI - O recebimento do objeto, pelo CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Anexo I, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;

b) **definitivamente**, após recebimento provisório, para verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo apostado na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias), que ocorrerá em até 10 dias.

VII - Na hipótese de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, o servidor credenciado do **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.

VIII - A instalação e configuração dos softwares serão de responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes, com respaldo no que concerne às Obrigações das Partes, Atualização das Licenças e Suporte Técnico.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

Os valores a serem pagos constam a seguir (PREENCHER DE ACORDO COM O LOTE):

LOTE 1						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. DO ITEM	QUANT.	VALIDADE MÍNIMA DAS LICENÇAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Licença, Atualização e Suporte de Software de Antivírus, com Garantia, para múltiplas plataformas.	60410	25.248	02 Anos	R\$	R\$
LOTE 2						



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. DO ITEM	QUANT.	VALIDADE MÍNIMA DAS LICENÇAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Licença, Atualização e Suporte de Software de Antivírus, com Garantia, para múltiplas plataformas.	60410	2.569	02 Anos	R\$	R\$

### PARÁGRAFO ÚNICO

O preço estabelecido nesta cláusula inclui todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais/trabalhistas, frete até o destino, bem como quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais ficarão, única e exclusivamente, a cargo da CONTRATADA.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

Este contrato terá vigência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua publicação sem prejuízo da garantia e suporte técnico referentes às licenças de softwares adquiridos, cujos prazos serão contados da data de disponibilização de suas instalações.

### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

**I** - O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de 30 dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

**II** - A Administração receberá o DANFE juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo “visualizador”, desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional da NF-e.

**III** - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

**IV** - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.



**V - A CONTRATADA** deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

**VI -** Informações complementares e orientações operacionais a respeito do faturamento eletrônico serão fornecidas pela Central de Atendimento aos Fornecedores – LigMinas – telefone 155 (para Capital ou cidades do interior de Minas Gerais) ou (31) 3303-7995 (para outras localidades e celular).

**VII -** Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO**

Os preços não poderão ser reajustados durante a vigência deste contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **I – DA CONTRATADA**

- a) instruir seu(s) preposto(s) a respeito das disposições presentes neste Contrato, mantendo, durante toda a sua execução, as condições de habilitação e qualificações exigidas no ato convocatório, não podendo ceder ou subcontratar o objeto contratual.
- b) credenciar preposto(s) para representá-lo junto ao CONTRATANTE, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do Contrato
- c) entregar os itens de acordo com as especificações exigidas neste Contrato e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste Contrato.
- d) entregar os softwares com as respectivas mídias e licenças de uso nos prazos estipulados e nos locais indicados pelo Contratante, a contar do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.
- e) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;
- f) substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para o Contratante, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas neste Contrato, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.
- g) apresentar, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

que comprovem as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

- h).** reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;
- i)** providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante, referentes à forma de fornecimento dos serviços e ao cumprimento das demais obrigações assumidas neste Contrato;
- j)** prestar as informações e os esclarecimentos necessários, atendendo em até 02 (dois) dias úteis as solicitações formalmente feitas pelo CONTRATANTE, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.
- k)** prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- l)** comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência;
- m).** ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente Contrato.
- n)** apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias, fiscais, e sociais legalmente exigíveis;
- o)** responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização por parte do CONTRATANTE;
- p)** guardar em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer motivo venham a tomar conhecimento em razão dos seus serviços, o mais completo e absoluto sigilo, sob pena de responsabilidade civil e criminal por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização. .
- q)** emitir os documentos fiscais referente(s) ao fornecimento do objeto deste Contrato.

## **II - DA CONTRATANTE**

- a)** instruir seus servidores a respeito das disposições presentes neste contrato;
- b)** fiscalizar a execução do contrato, rejeitando aqueles produtos ou serviços que não atenderem a qualidade exigida, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo medidas corretivas por parte da CONTRATADA;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

- c) colaborar com o CONTRATADO, quando solicitado, facilitando-lhe o cumprimento dos serviços ora contratados.
- d) notificar o CONTRATADO, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na execução dos serviços;
- e) promover o recebimento provisório e definitivo do objeto;
- f) verificar a regularidade da situação fiscal do CONTRATADO, antes de efetuar o pagamento devido;
- g) efetuar o pagamento no devido prazo fixado na cláusula quinta.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA**

**I** - A garantia dos produtos deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de atesto do seu recebimento, conforme atesto Definitivo indicado no inciso VI da Cláusula Segunda.

**II** - Constatada a necessidade de reparo ou troca do produto, ela deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a notificação do defeito à CONTRATADA feita pelo CONTRATANTE.

**III** - A CONTRATADA deverá manter canal de comunicação – telefone ou e-mail – durante o prazo de garantia com o CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**I** - A CONTRATADA prestará garantia dos serviços durante a execução do contrato, nos termos do artigo 56 da Lei nº. 8.666/93, em uma das modalidades abaixo citadas, no montante de 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato:

- a) caução em dinheiro;
- b) caução em Título da Dívida Pública, considerando apenas o seu valor de mercado certificado por Bolsa de Valores;
- c) seguro garantia, no qual deverá constar cláusula de cancelamento do seguro somente com a anuência do CONTRATANTE; sendo que uma cópia autenticada desta apólice deverá ser encaminhada à Diretoria de Administração Financeira e Contábil da Superintendência de Gestão e Finanças ou unidade equivalente.
- d) fiança bancária fornecida por banco regularmente cadastrado pelo Banco Central-BACEN.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**II** - Se a modalidade escolhida for à caução em dinheiro, este deverá ser recolhido pela CONTRATADA junto ao Tesouro do Estado de Minas Gerais, por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), e, quando da devolução, após a execução do contrato, será atualizado monetariamente de acordo com a variação “pro-rata-tempore” do IPCA.

**III** - A CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de depósito bancário à Superintendência de Gestão e Finanças ou unidade equivalente.

**IV** - Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

**V** - A garantia prestada pela CONTRATADA deverá garantir a continuidade do serviço contratado, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, durante todo o período de vigência deste contrato.

**VI** - Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, ou reduzido em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificado.

**VII** - A garantia será liberada ou restituída após a execução do contrato, quando as obrigações forem consideradas cumpridas em todos os termos deste contrato e aditivos, caso ocorram. Considerar-se-á executado o contrato quando da emissão de declaração pelo CONTRATANTE de que a prestação dos serviços encerrou-se de maneira satisfatória, o que deverá ocorrer após o término da vigência contratual e comprovação pela CONTRATADA do recolhimento de todos os tributos e encargos trabalhistas.

**VIII** - A liberação da caução em dinheiro ou carta de fiança bancária somente ocorrerá após expressa autorização do CONTRATANTE.

**IX** - É facultado à CONTRATADA, no curso da execução deste contrato, substituir a modalidade de garantia por outra, dentre as previstas nesta cláusula, mediante autorização expressa do CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

**I** - O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

**II** - A Contratada fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, ressalvadas as condições relativas às supressões que poderão exceder esse limite, conforme previsto na Lei Federal n.º 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária n.º \_\_\_\_\_, do orçamento em vigor aprovado pela Lei n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES**

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:

**I** - advertência por escrito;

**II** - multa, nos seguintes limites máximos:

- a)** 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;
- c)** 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto não executado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- d)** 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos no Decreto Estadual n.º. 45902, de 27 de janeiro de 2012;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos, conforme dispõe o art. 12 da Lei Estadual n.º. 14.167/2002.

**§ 1º** São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

- I** - não atendimento às especificações técnicas relativas ao objeto previsto em contrato ou instrumento equivalente;
- II** - retardamento imotivado de execução do objeto ou de suas parcelas;
- III** - paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- IV** - entrega de objeto falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso, como se verdadeiro ou perfeito fosse;
- V** - alteração de substância, qualidade ou quantidade do objeto entregue;
- VI** - execução do objeto que não atenda às qualidades especificadas no Edital;

**§ 2º** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

§ 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45902, de 27 de janeiro de 2012.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

Compete à \_\_\_\_\_ (citar a área demandante do órgão), por designação especial de servidor, fiscalizar e acompanhar a execução contratual, bem como fazer cumprir as cláusulas e condições descritas neste Contrato.

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º - O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FUSÃO, CESSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO.**

A fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA a outrem só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, com o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE, e, ainda, desde que não afetem a execução dos serviços objeto do Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO**

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

**I** - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada lei;

**II** - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;



**III - judicial, nos termos da legislação.**

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

§3º A fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA a outrem só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, com o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE, e, ainda, desde que não afetem a execução dos serviços objeto do Contrato.

§4º O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

O Centro de Serviços Compartilhados - CSC providenciará a publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial de Minas Gerais, nos termos do disposto no Decreto 46.552, de 2014.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_  
**ESTADO DE MINAS GERAIS/(NOME DO ÓRGÃO)**

**CONTRATADO:** \_\_\_\_\_  
**NOME EMPRESARIAL**

**TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_  
**Nome:**  
**CPF/MF:**

2) \_\_\_\_\_  
**Nome:**  
**CPF/MF:**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

**ANEXO VI - MINUTA DE TERMO DE ADESAO PARA EVENTUAIS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º**

**TERMO DE ADESAO**

Termo de Adesão que entre si celebram a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, POR INTERMÉDIO DA SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS, na qualidade de Órgão Gerenciador e o(a) \_\_\_\_\_, como Órgão Não-Participante, para fins de participação no Registro de Preços N.º 351/2015 para Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de Licenças de uso de solução corporativa de Antivírus, mediante contrato.

Por este termo de Adesão, o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) \_\_\_\_\_ concorda com os termos do Registro de Preços n.º 351/2015 promovido pela SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, POR INTERMÉDIO DA SUBSECRETARIA DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada pela Sra. \_\_\_\_\_, conforme previsto no Decreto Estadual n.º 46.311, de 16 de setembro de 2013, cuja descrição encontra-se na planilha a seguir.

**LOTE \_\_\_\_\_**

**ITENS ADERIDOS**

Seqüência	Código Item Material	Descrição do Item	Unidade de Aquisição	Local	Periodicidade de	Quantidade e Solicitada
1						

Belo Horizonte, de de

Representante do Órgão Gerenciador

Representante do Órgão Não-Participante